

BANCO UNIÃO DE PORTUGAL E BRASIL (1875-1881)

Sediado na cidade de Lisboa, o Banco União de Portugal e Brasil — Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada — firmou a sua escritura e respetivo compromisso estatutário em 8 de abril de 1875, nas notas do tabelião João Baptista Scola, apresentando como outorgantes um grupo de proprietários e negociantes da praça comercial lisboeta: visconde da Arriaga; José Joaquim da Silva Amado; José Gregório Teixeira Marques; José Manuel Romão; José Conceição Monteiro Osório; Henrique Pereira Saveira; Miguel Mota; Guilherme de Matos Tavares e António Inácio da Fonseca (*Diário do Governo*, n.º 88, de 21 de abril de 1875). Dividido em quatro partes, o capital social fixou-se nos 5 000 000\$000 de réis — convertidos em 5000 ações de 100\$000 réis cada uma —, com a primeira série, no valor de 2 000 000\$000 de réis, já realizada por 200 acionistas e expressa no ato da escritura. A emissão das restantes *tranches*, de 1 000 000\$000 de réis cada uma, ficou a cargo da assembleia geral, que igualmente decidirá possíveis emissões a partir do Brasil (capítulo I, artigo 2.º), numa clara aposta na expansão e exportação dos seus balcões, expressa inclusive na escolha da própria nomenclatura. O leque de funções previstas nos estatutos reparte-se entre operações ativas e passivas, ao constar nas primeiras negócios de compra e venda (metais preciosos, títulos de dívida pública, ações de outras companhias, direito sobre propriedade de licenças, ativos e passivos de empresas), descontos de letras (da terra e de câmbio) e diferentes tipos de empréstimos, desde os mais usuais — sobre penhores, propriedades urbanas e rurais, empreitadas, mercadorias, materiais de fábricas, metais preciosos, títulos de dívida e ações — a empréstimos sobre o direi-

to adquirido à exploração de minas e sobre os privilégios de invenção (capítulo III, artigo 19.º). Já no que compete às operações passivas, destacam-se a emissão de notas pagáveis ao portador — 5\$000, 10\$000, 20\$000, 50\$000 e 100\$000 (capítulo II, artigo 12.º) —, depósitos, liquidação e receção de heranças, operações *del credere* e a organização de seguros de vida e de recrutamento (capítulo III, artigo 20.º). No caso de os prejuízos ascenderem aos 30% do fundo social realizado, não resta outra alternativa à direção que a dissolução do Banco e liquidar todos os seus haveres, numa imposição prevista no artigo 15.º do compromisso estatutário (capítulo II, artigo 15.º). Com o intuito de acautelar a instituição para eventuais oscilações do mercado financeiro e de «assegurar aos accionistas o dividendo de 5% para o caso em que o resultado das operações não produza esse dividendo ou maior», será instituído um fundo de reserva através de uma percentagem, não estipulada, dos dividendos anuais (capítulo I, artigo 6.º). A sua distribuição pelos acionistas inicia-se ao encerrar o 1.º semestre do ano civil, altura em que «serão calculados os lucros do banco, e a direção proporá ao Conselho Fiscal uma percentagem calculada sobre eles para ser dividida pelos accionistas no princípio do segundo semestre». Após a aprovação, em assembleia geral ordinária, do dividendo anual será feita a distribuição da restante percentagem dos proventos auferidos (capítulo VII, artigo 47.º). Cabe aos fundadores estabelecer a nomeação dos órgãos sociais do Banco por um período de quatro anos, ao representar a mesa da assembleia geral o visconde da Arriaga (presidente), José Joaquim da Silva Amado (vice-presidente), Augusto Francisco Vieira e António Pereira

dos Santos Beirão (secretários). José Gregório Teixeira Marques foi nomeado primeiro presidente da direção do Banco, ocupando os cargos de vogais Francisco Vaz, José Manuel Romão, José da Conceição Monteiro Osório, Henrique Pereira Taveira e de suplentes Miguel Mota, Guilherme de Matos Tavares e António Inácio da Fonseca. Constaram como efetivos do conselho fiscal Joaquim Carvalho de Miranda, José Maria da Silva Leal, Simão José da Luz, Manuel de Sousa Carqueja e Delfim da Silva Guimarães, sendo substitutos António Pais de Sande e Castro, Manuel Joaquim Barbosa Castro e Manuel Soares Teixeira (capítulo VII, artigo 54.º). O mês de junho de 1875 marcou o início das operações do Banco União de Portugal e Brasil (*Anuario de Estatística do Reino de Portugal, 1875, 1878: 348-369*) com um ímpeto claramente positivo, revisto nos valores obtidos nas operações de *Descontos de Letras* (369 850\$073 réis), *Depósitos* (365 167\$252 réis) e *Empréstimos sobre Penhores* (205 095\$000 réis), demonstrando ser este o melhor período da existência da instituição, em termos de resultados auferidos (gráfico e quadro). Já a conjuntura económica e financeira vigente no ano de 1876, marcada pela crise do mercado bancário, levou a que passasse por diversas dificuldades que irão marcar as suas prestações anuais e o todo o seu percurso até ao início da liquidação, em 1881. O *Relatório e Contas de 1877* expõe com clareza a situação do Banco num período pós-crise financeira com todas as consequências que isso acarretou, levando a casa de crédito a adquirir um número elevado das suas próprias ações fruto de algumas liquidações efetuadas através de concordatas (*Relatório e Contas 1887, 1878: 6*). Ainda assim, a instituição conseguiu distribuir os dividendos pelos acionistas que no 1.º semestre atingiram a quan-

tia de 42 018\$000 réis, ficando o 2.º semestre por pouco mais de metade, em 25 200\$000 réis (*idem: 10*). Embora as consequências da crise se fizessem sentir principalmente no mercado bancário do norte do País, com a extinção de um número significativo de casas de crédito da referida circunscrição (Valério, 2006: 136-137), os resultados apresentados pela caixa filial da cidade do Porto, sob a gerência de Esteves da Silva e A. A. dos Santos e Silva, elevaram-se a um nível digno de registo e de regozijo por parte da direção central, visto que, numa média de 71 198\$472 réis de capital, obtiveram de lucros, já livres de qualquer despesa, 5560\$814 réis (*Relatório e Contas 1887, 1878: 12*). Os resultados apresentados no ano seguinte evidenciam uma contínua deterioração do estado de saúde do Banco, como provam as palavras assertivas redigidas por parte da direção: «O nosso banco gerado, como muitos outros, em condições económicas anormais, quando a febre d'especulação tinha atingido o seu maximo, possuía um organismo debil, consecuencia das viciosas disposições congenitas, quando a crise comercial rebentou com toda a intensidade em Maio de 1876. Aquelles que tinham subscrito simplesmente com a mira no premio das açções, e eram muitos, viram-se sobrecarregados de titulos que não podiam conservar, d'aqui resultou, por força das circunstancias a reduçção do capital do Banco, já por compra d'açções, já por empréstimos caucionados com as mesmas açções.» (*Relatório e Contas 1888, 1879: 3*.) A referida redução do capital e a imobilização de uma parte considerável para empréstimos com juros baixos, bem como a desconfiança reinante no mercado financeiro e o mau estado dos câmbios das praças financeiras, foram as causas apontadas para a apresentação aos sócios de uma porção

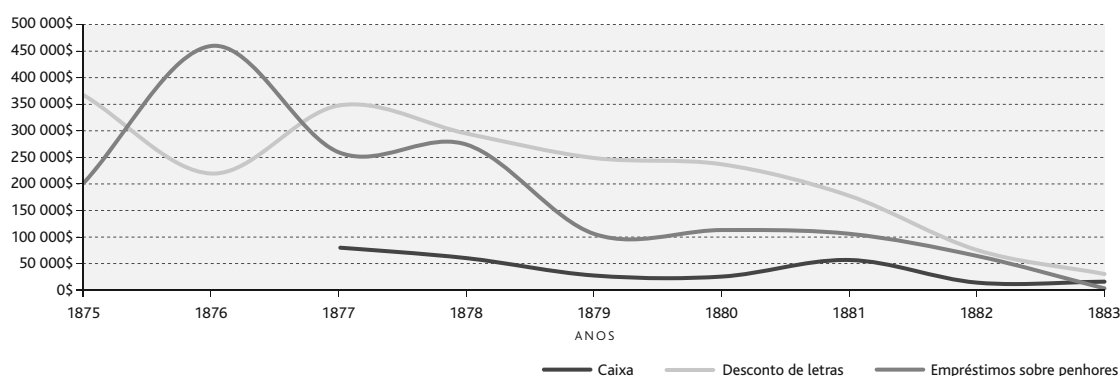
BANCO UNIÃO DE PORTUGAL E BRASIL (1875-1881)

relativamente pequena dos *Lucros Líquidos* (26 234\$982), com os dividendos do 2.º semestre a situarem-se nos 16 800\$000 réis (*idem*: 7-8). Os fundos flutuantes registaram uma queda significativa, passando dos 106 543\$000 réis, conseguidos em 1877 (*Relatório e Contas 1877, 1878*: 12), para os 85 115\$950 réis auferidos no ano seguinte, com o maior número de ações relativas às sociedades Fábrica de Papel do Prado (18 000\$000), Companhia dos Caminhos-de-Ferro do Minho e Douro (9000\$000) e Com-

panhia dos Mercados e Edificações Urbanas (5000\$000), sobrevivendo igualmente o número elevado de obrigações hipotecárias do governo espanhol (31 018\$000) e de obrigações para aquisição de navios de guerra (10 440\$000) (*Relatório e Contas 1878, 1879*: 10). No que concerne à relação das cauções que garantem penhores, contas correntes e letras descontadas totalizou a elevada quantia de 564 472\$950 réis, sendo constituída sobretudo por ações de diferentes casas de crédito, desde logo pela própria

GRÁFICO — Banco União de Portugal e Brasil (1875-1883)

(Caixa, desconto de letras, empréstimos sobre penhores)



Fonte: *Relatório e Contas (1877-1878/1880/1883)*; *Anuário Estatístico (1875/1884/1886)*.

QUADRO — Banco União de Portugal e Brasil (1875-1883)

Ano	Caixa	Desconto de letras	Empréstimos sobre penhores	Depósitos	Capital	Fundo de reserva	Lucros líquidos
1875	190 440\$503	369 850\$073	205 095\$000	365 167\$252	-	-	-
1876	-	220 953\$012	460 807\$355	-	-	-	-
1877	82 011\$133	348 952\$143	26 062\$575	77 943\$593	1 995 000\$000	5 675\$995	36 476\$178
1878	61 931\$413	296 093\$471	275 308\$550	61 378\$808	1 996 500\$000	9 279\$685	26 234\$982
1879	29 274\$538	250 158\$167	107 448\$518	48 725\$085	-	-	-
1880	27 265\$056	238 335\$207	114 760\$715	19 039\$757	576 800\$000	14 279\$685	18 189\$345
1881	58 449\$128	179 131\$503	107 708\$245	697\$595	576 800\$000	15 479\$685	-
1882	15 939\$697	77 263\$883	66 120\$394	125\$332	576 800\$000	-	-
1883	17 722\$727	32 125\$794	5 105\$395	125\$332	576 800\$000	-	-

Fonte: *Relatório e Contas (1877-1878/1880/1883)*; *Anuário Estatístico (1875/1884/1886)*.

instituição (254 900\$000), passando pelo Banco Eborense* (3759\$000), Banco Comercial de Lisboa* (3500\$000), Banco Nacional Insulano* (2000\$0000), Banco Lusitano (1000\$000), Banco Lisboa & Açores* (700\$000), Banco de Portugal* (500\$000), Banco do Povo* (640\$000), Banco Comércio e Indústria* (400\$000) e Banco Português* (400\$000) (*idem*: 11). Os resultados alcançados em 1880 deixam antever o fim da casa de crédito, evidenciando uma redução drástica do capital, que passou de 1 996 500\$000 réis (1878) para os escassos 576 800\$000 réis (quadro), ainda que, do valor apresentado, incluam «uma parte não inferior a 150 000\$000 réis, composta pelas contas de liquidação, edifício do banco, ações de companhias que não teem distribuído dividendos, empréstimos e contas caucionadas» (*Relatório e Contas 1880, 1881*: 2). Embora com visíveis dificuldades, a partir dos *Lucros Líquidos* (18 189\$345 réis), foi possível a distribuição do dividendo do 2.º semestre por 5768 ações a 2%, totalizando os 11 536\$000 réis (*idem*: 2-3). O longo período de definhamento

vivido pela instituição chegou a um termo irreversível, com a decisão, tomada em assembleia geral de 29 de outubro de 1881, pela liquidação do Banco, nomeando igualmente uma comissão liquidatária, constituída por Francisco Vaz, Constantino António Monteiro Osório e António Beirão. A liquidação total do Banco estendeu-se por mais dois anos, concluindo os seus trabalhos somente no ano de 1883 (*Relatório e Contas 1883, 1883*: 3-9).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Anuario Estatístico de Portugal (1875/1884/1886), Lisboa, Imprensa Nacional, 1877/1886/1890; *Banco União de Portugal e Brasil Relatório e Contas (1877-1878/1880/1883)*; DAMAS, Carlos Alberto, «José Maria do Espírito Santo e Silva, de cambista a banqueiro, 1869-1915», in *Análise Social*, vol. XXXVII, n.º 164, 2002, pp. 851-878; *Diário do Governo*, n.º 88, de 21 de abril de 1875; VALÉRIO, Nuno (coord.), *História do Sistema Bancário Português*, vol. I: *Da Formação do Primeiro Banco Português à Assunção pelo Banco de Portugal das Funções de Banco Central. 1822-1931*, Lisboa, Banco de Portugal/Eurosistema, 2006.

DMF

BANK OF LONDON AND SOUTH AMERICA (1923-1973)

O Bank of London and South America foi fundado em 1923, por fusão do London and Brazilian Bank e do London and River Plate Bank, em virtude de a competição que existia entre estes dois bancos lhes trazer dificuldades (dado que a rede de filiais e de mercados eram quase coincidentes). A fusão levou vários anos a completar-se, atingindo o capital social e as reservas dos dois bancos a soma de £ 7 140 000 (Joslin, 1963: 244). O London and Brazilian Bank tinha duas filiais em Portugal, uma em Lisboa, outra no Porto, ambas criadas em 1863.

O London and River Plate Bank tinha uma filial em Portugal, em Lisboa, criada em 1919, que abriu em 1920. Além da sua atividade na América Latina e em Portugal, o Bank of London and South America manteve atividade na Espanha e em França, sobretudo depois da aquisição em 1936 do Anglo-South American Bank. Em 1958, em cooperação com o Bank of Montreal criou o Anglo-Canadiano Bank of London and Montreal (Joslin, 1963: 290). O Bank of London and South America foi, por sua vez, adquirido em 1973 pelo Lloyds Bank, denominação sob